

Perspectivas sobre 2013: a influência dos clusters digitais nas manifestações de junho no Brasil

Perspectivas sobre 2013: la influencia de los clusters digitales en las manifestaciones de junio en Brasil

Carlos Humberto Ferreira SILVA JÚNIOR¹

Resumo

Este trabalho busca arejar a discussão sobre as Manifestações de Junho de 2013 no Brasil, tendo como base os elementos simbólicos e comunicacionais que as compuseram. Também discutiremos a ideia da construção das realidades e o contexto sócio-político no qual as manifestações ocorreram. Em nossa metodologia utilizamos pesquisa bibliográfica, buscando traçar um paralelo entre os conceitos e o contexto vivido na época. Concluímos que as manifestações, foram fortemente influenciadas pelas comunicações realizadas por seus integrantes, e que as relações vividas nas ruas tiveram influência dos clusters digitais formados nas redes.

Palavras-chave: Comunicação. Manifestações. Junho de 2013. Clusters.

Resumen

Este trabajo busca airear la discusión sobre las Manifestaciones de Junio de 2013 en Brasil, usando como fundamentación teórica los elementos simbólicos y comunicacionales que las compusieron. También discutiremos la idea de la construcción de las realidades y su contexto sociopolítico no cual las manifestaciones ocurrieran. En nuestra metodología utilizamos pesquisa bibliográfica, buscando encontrar un paralelo entre los conceptos y lo contexto vivido en la época. Concluimos que las manifestaciones forran fuertemente influenciadas por las comunicaciones realizadas por sus integrantes, y que las relaciones vividas en las calles tuvieron la influencia de los clusters digitales formados en las redes.

Palabras-clave: Comunicación. Manifestaciones. Junio 2013. Clusters.

¹ Mestrando em Comunicação Social na Universidade Metodista de São Paulo (UMESP).
Email: carlosferreira_jr@yahoo.com.br

Introdução

Durante junho de 2013, parte do Brasil acompanhou uma série de manifestações e passeatas populares com certo espanto, até hoje, analisar as Manifestações de Junho se mostra um desafio complexo, principalmente após a deposição da presidente Dilma Rousseff, em 2016, também cercada de manifestações e um processo de impeachment questionável tanto no âmbito político, quanto jurídico. Foram as Manifestações de Junho um prenúncio da deposição da então presidente? Ou aproveitando o movimento das maiores manifestações no país, desde as Diretas Já, grupos políticos e sociais trabalharam posteriormente para essa deposição? Ou ainda, existia uma certa decepção frente à realidade vivida que ganhou um significado para cada um dos participantes, que à sua forma, resolveu protestar?

As questões são, e por algum tempo serão, muitas. Neste trabalho tentaremos compreender as transformações nas relações durante as Manifestações de Junho, levando em conta a comunicação realizada por meio das redes sociais na internet. Teremos como norte a possibilidade das significações múltiplas por parte dos manifestantes, razão pela qual muitos deles se voltaram não apenas aos R\$ 0,20, referente ao aumento no preço das passagens de ônibus e metrô em São Paulo, mas também ao repúdio à imprensa; as manifestações contra os partidos políticos, não permitindo que bandeiras fossem hasteadas; ao gritos de “Fora Dilma”, também presentes durante as manifestações de 2013; aos cartazes que pediam desde melhores hospitais a derrubada da PEC 37; contra a FIFA e os jogos da Copa das Confederações e do Mundo que viriam acontecer; além da tomada das ruas contra a repressão policial sofrida pelos manifestantes no dia 13 de junho, mesmo dia em que uma jornalista da Folha de S.Paulo foi atingida no olho por uma bala de borracha.

Raquel Recuero (2009a, p.136) propõe que as comunidades virtuais são redes de relações sociais estabelecidas em plataformas digitais (Facebook, Youtube, Instagram, etc.) que possuem características específicas de interação entre seus componentes, podendo inclusive passar a existir no plano concreto, ou dele serem geradas. Parafraseando Rheingold (1995, p.20), Recuero (2009, p.137) afirma que elas podem ser vistas como um novo espaço de interação social, no qual as discussões públicas; o

encontro das pessoas, seja virtualmente ou pessoalmente; o tempo que convivem; assim como os sentimentos gerados, são laços que mantêm a coesão do todo comunitário.

Uma proposta que a autora faz é a possibilidade de entendermos as comunidades virtuais como *clusters*, estruturas de significações mais ou menos próximas, conforme as relações estabelecidas entre elas:

Diversos estudiosos da área de redes definem comunidades como conjuntos de nós que estão muito mais próximos entre si do que dos demais, formando um cluster. Essa proximidade é quase sempre associada a uma maior densidade (ou seja, há um número maior de conexões ou de nós que estão em uma comunidade do que entre os demais) ou mesmo, a conexões mais fortes ou mais valorizadas. Trata-se de um entendimento aplicável a diversos tipos de redes (RECUERO, 2009a, p. 147-148)

Um *cluster* (Figura 1) é o resultado de um sistema de agrupamento que consegue demonstrar as inter-relações entre variados objetos, conforme sua proximidade ou distância. Com esse modelo é possível diferenciar grupos que possuem relações mais ou menos densas, com um ou mais núcleos principais:

Análise de agrupamento, ou clustering, é o nome dado para o grupo de técnicas computacionais cujo propósito consiste em separar objetos em grupos, baseando-se nas características que estes objetos possuem. A idéia básica consiste em colocar em um mesmo grupo objetos que sejam similares de acordo com algum critério pré-determinado. O critério baseia-se normalmente em uma função de dissimilaridade, função esta que recebe dois objetos e retorna a distância entre eles (LINDEN, 2009, p. 18)

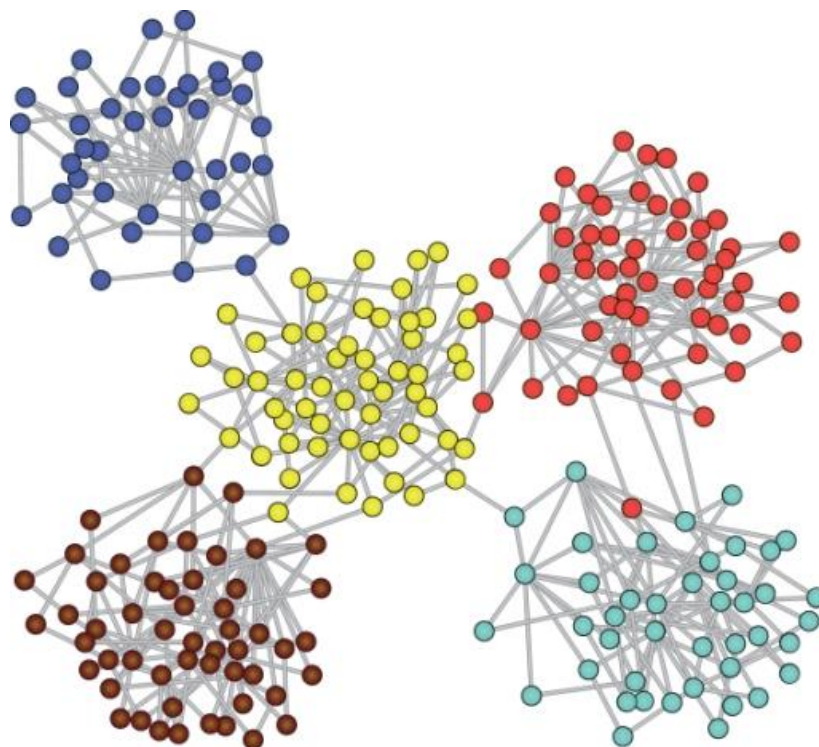


Figura 1 - Exemplo de um cluster
Fonte: MÜLLER-LINOW; HILGETAG; HÜTT (2008)

Vale ressaltar que não entendemos as manifestações como um corpo coeso a ponto de ser considerado uma comunidade. É possível que dentro das manifestações existissem, ou passaram a existir, algumas delas, um conjunto de atores que se destacou durante esse período, foi o Movimento Passe Livre (MPL), que originalmente convocou as manifestações contra o aumento das passagens, porém, trata-se de um coletivo, dentre outras demandas e situações presentes nas manifestações, portanto, utilizaremos o conceito de cluster, mas tendo em vista que as interações desenvolvidas durante as manifestações não necessariamente se dão dentro de um contexto comunitário, como Recuero afirma, essa estrutura pode ser aplicadas em diversos tipos de redes.

Entendemos que as manifestações de 2013 sofreram grande influência das plataformas digitais, a ponto das significações reproduzirem nas ruas das cidades brasileiras uma estrutura semelhante aos clusters. Poderíamos explicar a grande variedade das demandas por conta da interpretação dos fatos, mais ou menos densa,

partindo de um núcleo principal, que para nós foram as políticas públicas entre 2002 e 2012 promovidas pelos governos do PT, que valorizaram uma camada mais pobre da população brasileira, frente uma classe média típica dos centros urbanos. Ou seja, a variedade de pautas estaria justificada pelas relações desenvolvidas no ambiente digital, por isso, foi possível encontrar nas ruas ao mesmo tempo, pessoas que tinham interesse na redução da passagem no transporte público, e outras reivindicando o fim da corrupção.

Podemos buscar uma lógica central das demandas durante as Manifestações de Junho, porém, perder de vista a pluralidade que nela foi apresentada pode nos levar a um caminho que pouco condiz com as diferentes realidades que a compuseram. Tentar compreender a situação vivida no país durante os primeiros anos do século XXI, se mostra um passo necessário.

As realidades e transformações que precederam junho

A realidade pode ser entendida de diversas maneiras, a mais tradicional é aquela que a enxerga como algo externo aos indivíduos, nesse modelo, que podemos ter como uma boa representante a ciência positivista, a verdade e a integridade das coisas pertencem a um mundo, externo, quase que puro em sua essência, que acontece independente da vontade dos indivíduos. Porém, podemos entender a realidade como algo que para além de estar estruturada, pode ser estruturável, ou seja, construída conforme é vivenciada. Trata-se, portanto, de uma construção dos indivíduos, uma trama de significações que acaba por dar forma ao real. Jorge A. Gonzalez (2007), ao estudar a epistemologia do conhecimento, nos apresenta uma ideia que gira em torno deste tipo de realidade:

Do ponto de vista epistemológico, podemos afirmar com toda clareza que a realidade não está estruturada, é estruturável; não está ordenada, é ordenável, mas não de qualquer forma, pois, não se deixa estruturar de qualquer modo. A “realidade” é teimosa, insistente, tem suas próprias determinações. Devido a elas, a “realidade” não é somente estruturável, também é estruturante. Nos faz coisas, nos marca, nos coloniza, nos delimita e, a sua maneira, nos força a interagir com e dentro de suas condições. (GONZÁLEZ, 2007, p. 15) (Tradução nossa)

No pensamento de González, podemos ver traços de uma realidade exterior ao ser, porém, o autor nos mostra que dentro de cada conhecimento gerado, cada área científica criada, existe uma realidade, uma visão sobre um fato, com isso, a realidade pode ser uma estruturação por parte de quem a faz. Por exemplo, um biólogo ao olhar um ser humano vê nele toda uma realidade construída, uma *percepção*, na qual o funcionamento dos órgãos deve fazer sentido; diferente da visão de um psicólogo, que analisa a relação que esse indivíduo tem com seu subconsciente e o meio social que o rodeia; que também será diferente de um sociólogo, que buscará interpretar a sociedade que esse indivíduo vive por meio das organizações e articulações a que se propõe. Para além das ciências, podemos perceber essa visão de realidade em situações cotidianas: alguns professores, alunos e funcionários veem e vivem um prédio como sendo uma escola; para um encanador, esse mesmo lugar, pode ser apenas mais um prédio com problemas em sua tubulação hidráulica; enquanto para alguns governantes essa mesma escola pode ser mais um número com o qual não gostariam de lidar. Portanto, sobre um mesmo fato estarão presentes diferentes formas de enxergá-lo, diversas realidades construídas, conforme as significações e conhecimento que dela fazem parte.

O aumento das passagens é um elemento relevante quando buscamos entender as manifestações, porém, ele é a ponta de um novelo bastante denso de acontecimentos que envolveram o Brasil e o mundo durante os doze primeiros anos do século XXI. O próprio acesso e fluxo de informações foram drasticamente alterados durante este período, segundo a *Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) de 2015*, realizada pelo IBGE, o acesso a internet via microcomputador em 2004 era de apenas 6,3% em todo país, quando as tecnologias de comunicação não estavam ligadas a mobilidade dos smartphones e tablets, além disso, a maior parte desses acessos (52%) era realizada via internet discada, uma conexão mais lenta. Já em 2015, 54,8% dos domicílios passaram a ter acesso a internet, levando em consideração diversos canais (tablets, celulares, microcomputadores, etc), sendo esse acesso realizado principalmente em áreas urbanas (63,9%) (IBGE, 2015).

Essa transformação, levando em conta desde a velocidade das informações, até o local onde os conteúdos passaram a ser acessados, permitiu uma maior diversidade na

acumulação de conhecimento e consecutivamente na interpretação dos fatos por parte dos indivíduos.

Diversas políticas públicas voltadas às classes com poder aquisitivo mais baixo também foram realizadas durante esse período no Brasil. Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano, entre 2000 e 2010, a porcentagem de pessoas pobres e extremamente pobres variou negativamente nas regiões metropolitanas brasileiras. No primeiro caso passou de 27,90% para 15,20%, no segundo de 12,48% para 6,62%.

O acesso ao ensino superior também cresceu, em 2000 o número de matriculados em instituições públicas e privadas não ultrapassava 3 milhões, enquanto que em 2013, segundo o Censo da Educação Superior, realizado pelo INEP e o Ministério da Educação, esse número alcançou os 7,3 milhões de estudantes. (INEP, 2015).

André Singer (2012), sintetiza as transformações do Brasil no plano econômico, durante o período de 2002 a 2010 analisando o governo Lula:

Em dezembro de 2010 os juros tinham caído para 10,75% ao ano, com taxa real de 4,5%. O superávit primário fora reduzido para 2,8% do PIB e, “descontando efeitos contábeis”, para 1,2%. O salário mínimo, aumentado em 6% acima da inflação naquele ano, totalizava 50% de acréscimo, além dos reajustes inflacionários, entre 2003 e 2010. Cerca de 12 milhões de famílias de baixíssima renda recebiam um auxílio entre 22 e duzentos reais por mês do Programa Bolsa Família. O crédito havia se expandido de 25% para 45% do PIB, permitindo o aumento do padrão de consumo dos estratos menos favorecidos, em particular mediante o crédito consignado. As consequências dessas medidas, voltadas para reduzir a pobreza, ativando o mercado interno, foram igualmente lógicas. O crescimento do PIB, em 2010, pulou para 7,5%. O desemprego, em dezembro, havia caído para 5,3%, taxa considerada pelos economistas próxima ao pleno emprego. O índice de Gini, que mede a desigualdade de renda, foi de 0,5886 em 2002 para 0,5304 em 2010 (SINGER, 2012, 8-9)

O Brasil, portanto, passou por um grandes transformações em um período não muito longo de sua história, principalmente nas regiões metropolitanas. Em 10 anos, pessoas que não podiam comprar um carro, conseguiram financiá-lo; estudantes que não tinham a real perspectiva de estudar em uma universidade, acabaram por obter diplomas universitários; o poder de compra dos mais pobres cresceu; o acesso a informação se diversificou e ampliou, quem não tinha computador, hoje, anda com smartphone e

acessa a internet em qualquer lugar que esteja. Com isso, os significados também passaram por transformações.

Uma espécie de desenvolvimento se deu, mas para isso foram necessárias duras contrapartidas. As estruturas sociais promotoras da desigualdade social não foram alteradas profundamente, apenas apaziguadas por um instante, para obter sucesso em sua política, o governo teve que ceder a quem estava no poder. Os anos de 2003 a 2010 são indissociáveis de uma figura política: Luiz Inácio Lula da Silva. O ex-operário que se tornou presidente, e que assim caminhou, aproximando-se de uma imagem quase que mítica. Tales Ab’Saber (2011) analisa muito bem e criticamente o *carisma pop* de Lula, para o autor, o *lulismo* se trata de um movimento de massas paradoxal, no qual o ex-presidente conseguiu unir em torno de si os pobres por meio da identificação e os mais ricos por meio de sua política de “cidadania” via consumo. Ab’Saber se detém ao pacto realizado pelo ex-presidente com todos os setores da sociedade, mostrando de forma muito eficaz três facetas distintas, mas presentes e simbolizadas por Lula:

Para os pobres, Lula *era uma espécie de igual*, deslocado na direção do poder social. Seu corpo simbólico deveria ser contínuo ao deles, ele representava os seus interesses no governo, e em algum momento ele chegou a dar sinais disto com a metáfora do pai, muito arcaica, de ecos getulistas muito remotos. Para a política fisiológica e de apropriação patrimonialista brasileira e suas estruturas históricas de enraizamento no Estado, Lula *também foi um igual*, um líder e uma garantia plena de liberdade e impunidade pragmática, o que permitiu a entrada do seu grupo particular de classe para o clube do clientelismo brasileiro, os antigos proletários sindicalistas, agora novos gerentes da máquina pública, em um processo feliz e franco de aburguesamento. E para uma elite técnica modernizante e de interesse social mais amplo no desenvolvimento do país, ele foi o líder político que garantiu condições de trabalho em grandes e generosos gestos de delegação (AB’SABER, 2011, p. 44-45)

Por se tratar de um processo bastante simbólico, os índices positivos das transformações que o país sofreu nos últimos treze anos, demonstrados com bastante eficácia em tabelas e gráficos, podem não ser interpretados positivamente por uma parte dos brasileiros. Para além das críticas à imperfeição de programas e medidas tomadas

por um ou outro governo, existiu a relação que cada um estabeleceu com essa realidade que o permeou.

A influência dos clusters nas manifestações

Em nossa sociedade, a comunicação se mostra como uma parte essencial nessa significação e ressignificação de sentidos. Conhecemos o mundo pelo que vivemos e pelo que dizem que vivemos. Um atentado nos Estados Unidos passa a fazer parte de nosso cotidiano, mesmo que não estejamos no local, e isso se tornou possível por conta dos meios de comunicação que desenvolvemos no decorrer da história. Desde quando a escrita passou a fazer parte da humanidade esse movimento de troca é realizado, o espaço deixou de ser o centro da comunicação e o tempo passou a ser o fator determinante nessa relação.

Citando Jencks (1984), David Harvey (1992), em seu livro *Condição pós-moderna*, trata sobre como as transformações no tempo e espaço são cruciais para que entendamos a contemporaneidade. As tecnologias de comunicação fazem parte desse processo de imbricamento:

Em primeiro lugar, as comunicações contemporâneas derrubaram as "fronteiras usuais do espaço e do tempo", produzindo tanto um novo internacionalismo como fortes diferenciações internas em cidades e sociedades baseadas no lugar, na função e no interesse social. Essa "fragmentação produzida" existe num contexto com tecnologias de comunicação e de transporte capazes de lidar com a interação social no espaço de maneira bastante diferenciada.(HARVEY, 1992, p.77)

Portanto, quando tratamos das manifestações nos tempos de pós-modernidade, falamos também das comunicações que estão por trás delas, tratando-as como meios capazes de fornecer sentido e possibilitar as ressignificações dos indivíduos, configurando o tempo e espaço vivido por essa ou aquela sociedade. Além de terem suas realidades transformadas nas questões práticas do cotidiano, como citamos acima, o mundo simbólico apresentado aos manifestantes em 2013 foi a base para a organização e significação do que lhes acontecia naquele momento.

A construção das identidades na pós-modernidade é chave para entendermos como os clusters influenciaram as manifestações. Foi por meio da construção individual que cada um dos manifestantes tomou às ruas, por mais que o fizessem com seus amigos, vizinhos ou parentes, a significação para ali estarem, partiu de suas experiências e significados construídos. A subjetividade do sujeito sempre esteve presente em manifestações de massa, os significados, por mais genéricos que fossem, sempre foram individuais, apesar de rechaçar a pós-modernidade, Anthony Giddens (2003, p. 30), chama esse processo de dualidade na estrutura, o estado no qual os indivíduos, além de possuírem capacidades cognitivas que os situam no tempo e espaço, possuem capacidade, limitada pela própria estrutura social, de criar novas significações e assim modificar os elementos destas estruturas.

Stuart Hall (2006) dota os agentes sociais de mais significação ao propor a ideia de “supermercado cultural” referindo-se a pluralidade de significados que são processados cotidianamente por nós e pela qual acabamos compreendendo o mundo ao nosso redor, constituindo o caráter efêmero de nosso cotidiano, pouco perceptível, mas que nas manifestações de rua se tornaram gritantes:

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas - desalojadas - de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem “flutuar livremente”. Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades (cada qual nos fazendo apelos, ou melhor, fazendo apelos a diferentes partes de nós), dentre as quais parece possível fazer uma escolha. Foi a difusão do consumismo, seja como realidade, seja como sonho, que contribuiu para esse efeito de ‘supermercado cultural’ (HALL, 2006, p.75)

A ascensão de uma classe menos favorecida mexeu com as identidades no Brasil. Durante esse período, vemos dois movimentos bastante destacados, o primeiro é o de um falso empoderamento de uma classe por meio do consumo. O segundo é um ressentimento de outra classe, a média, que via em seus benefícios simbólicos uma diferenciação frente às camadas mais pobres. As políticas públicas, promovidas dentre 2002 e 2012, ao diminuir as desigualdades sociais e aproximar essas classes, trouxeram

insaciedade para uma e desconforto a outra. Esses dois eixos foram os principais motores das significações vistas nas ruas.

Utilizando a pesquisa Ibope realizada durante as manifestações de Junho de 2013 (VEJA PESQUISA, 2013), se observarmos as demandas, perceberemos que, apesar da pluralidade existente, conseguimos categorizá-las em dois núcleos principais, aqueles que reivindicam melhoria nos serviços prestados pelo Estado e outros que têm como foco principal os políticos. Associamos portanto, as demandas voltadas aos serviços às classes emergentes, enquanto as queixas aos políticos à classe média. É importante lembrarmos que sempre levamos em consideração que a realidade e as significações são mais complexas que as estruturas teóricas, fazemos esse movimento de classificação, na busca de uma compreensão lógica dos fatos, que nascem de maneiras bastante subjetivas.

Para entender essa associação precisaremos buscar na psicanálise de Freud, um conceito chamado *narcisismo das pequenas diferenças*. Maria Rita Kehl (2015), ao ser questionada sobre o crescente ódio nas cidades brasileiras utilizou deste argumento que, para nós, também serve de explicação:

Ele (Freud) diz o seguinte, quando o outro é totalmente diferente de você, vamos supor que chegue um grupo de imigrantes aborígenes de uma região (...) nós não teríamos ódio, eles são o extremamente outro. Eles são objeto de curiosidade, eles não ameaçam o nosso narcisismo (...) eles não ameaçam a noção que nós temos de quem nós somos (...) O “problema” é quando o diferente que chega perto de você é quase igual a você. Então é mais provável que a classe média tenha ódio de um bairro de classe média um pouco mais baixo, de gente que nesses últimos tempos de programas populares (...) conseguiu subir para uma classe média que consegue pagar um aluguel, consegue ter uma TV, consegue ter um carro. É mais provável que a classe média que quer se distinguir tenha ódio desse do que do mendigo que está pedindo esmola (...). É o ódio da classe que está ascendendo, chega perto de você e destrói essa sensação narcisista de que você chegou em um lugar muito especial (KEHL, 2015)

Trazendo essa interpretação às manifestações de 2013, acreditamos que a crítica específica a figuras políticas teria uma aproximação maior a esses ressentimentos e ao ódio dessa classe média que não foi beneficiada diretamente pelas políticas públicas de

2002 a 2012. Além desse ressentimento, parte das demandas estariam ligadas a uma insatisfação geral com a forma de fazer política no país.

Outras significações serviram de combustível para que as classes ditas emergentes saíssem às ruas, porém ao invés de voltarem aos políticos que destinavam programas e políticas a suas demandas de consumo, houve uma reivindicação contra a situação enfrentada nos equipamentos e serviços públicos. Em entrevista a Bruno Pavan (PAVAN, 2015) Raquel Rolnik, afirma que essas demandas surgiram justamente por conta da política macroeconômica do governo Lula, que priorizou o consumo frente a promoção da cidadania e a real melhoria na vida das pessoas:

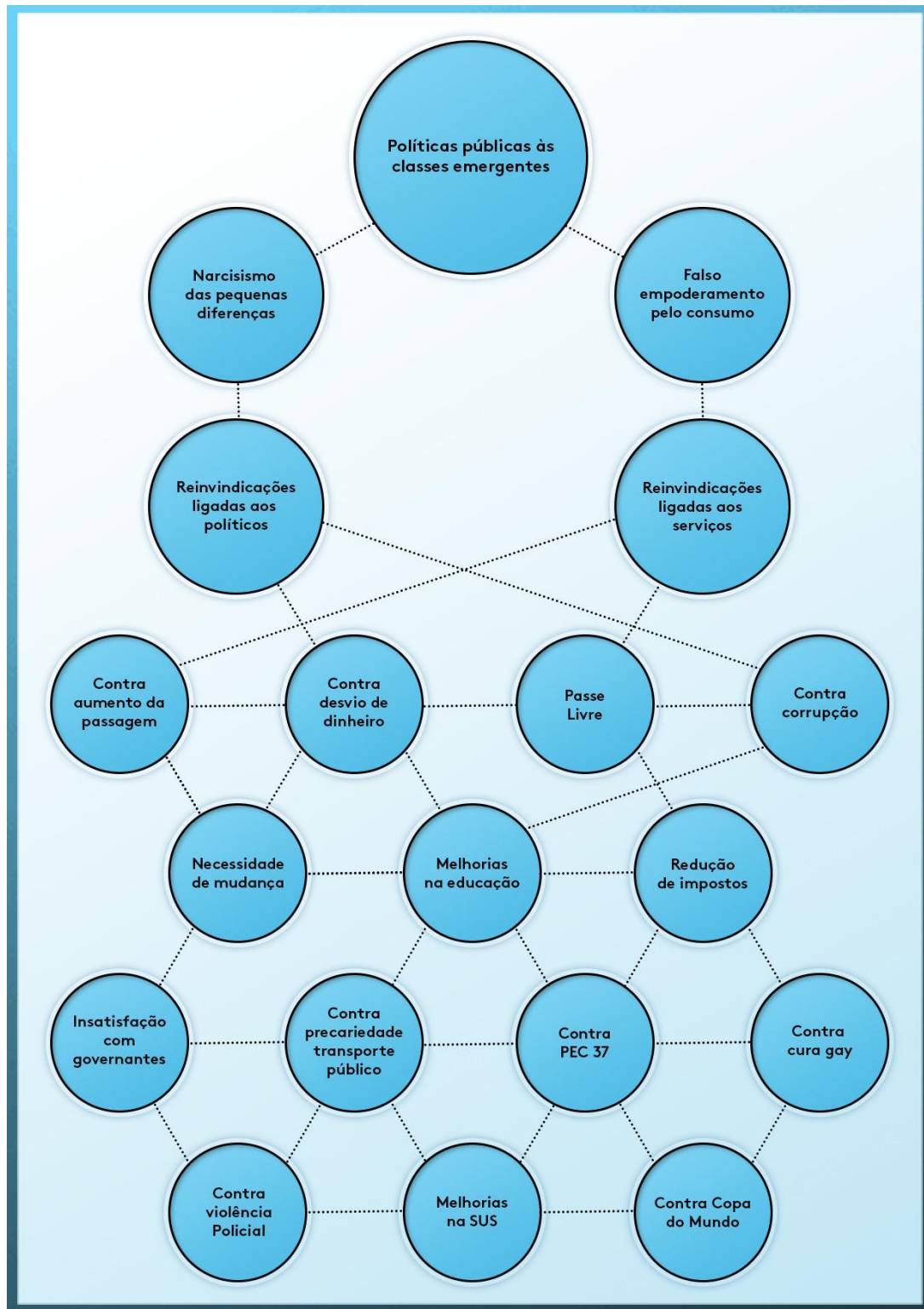


Figura 2

Fonte: ARAI; Autor (2017)

Junho de 2013, na verdade, representou uma espécie de encontro nas ruas de uma série de organizações e mobilizações que já havia acontecendo desde o começo do milênio. Em 2013, elas têm diretamente a ver com o fato de uma política geral macroeconômica que foi conduzida pelo governo Lula, uma política de inclusão via consumo no mercado. (...) As pessoas falavam: da casa pra dentro eu comprei TV, posso viajar, eu tenho computador, eu como muito melhor do que comia, mas da casa pra fora, ou seja, do nível do público, da dimensão pública da vida (...) não mudou nada! Percebeu que não se compra cidadania no feirão da Caixa ou numa concessionária de carro. O que se demanda é uma transformação na dimensão pública, e a cidade é uma expressão mais clara e evidente disso. (PAVAN, 2015)

A partir desses dois núcleos, podemos começar a entender o emaranhado de significações que compuseram as Manifestações de Junho de 2013. Em nosso modelo, é interessante notar a comunicação realizada entre as demandas, e pensarmos a comunicação feita entre os usuários. A dinâmica de troca de informações faz com que as demandas se misturem e transformem, gerando novas demandas e novas interpretações. A comunicação e a troca de informações, se mostram os motores dessas manifestações e de sua própria significação. (FIGURA 2).

As interações realizadas durante junho de 2013, só foram possíveis por conta da disseminação de novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICS). Tecnologias mais instantâneas e autônomas, que geraram uma comunicação mais móvel, no sentido de não haver necessidade de uma localidade fixa para que ocorresse, e plural, devido a difusão de conteúdos produzidos por diversos atores, que até então, em tempos de grandes manifestações de massa, não possuíam alcance minimamente comparativos aos veículos de comunicação. Com essas novas variáveis as possibilidades de compreensão dos fatos se tornaram mais amplas, justificando nossa concepção de que nas ruas estavam presentes demandas difusas, variadas e individualizadas, com relações mais ou menos densas, a proposta inicial do Movimento Passe Livre, a favor da revogação dos aumentos das passagens nos transportes públicos.

Considerações finais

Acreditamos que as Tecnologias da Comunicação e Informação (TICS), e as trocas de informações entre os indivíduos, foram de extrema importância para que as

manifestações de 2013 tomassem a forma e a repercussão que obtiveram. Para compreender essas significações difusas, é necessário ater-se às transformações no contexto sócio-político que o Brasil sofreu durante os primeiros anos do século XXI. As políticas públicas voltadas às classes mais pobres durante os anos de 2000 a 2012, juntamente com a proliferação de meios de comunicação, em especial a internet de alta qualidade (banda-larga) e os smartphones e tablets, mudaram drasticamente a vida cotidiana nos centros urbanos do país, que por um período, passou pela redução de desigualdades, e um nivelamento maior entre as classes média e baixa, trazendo conflitos de interesses em ambas.

Partindo do princípio de uma realidade interior ao ser, é possível compreendermos as manifestações como significações próprias de seus integrantes, construções que possuem lógicas ligadas a elementos da vida cotidiana, podendo ser mais ou menos coerentes conforme são vivenciadas. Com isso, concluímos que as manifestações de junho de 2013, foram diretamente influenciadas pela comunicação realizada por seus integrantes, e consecutivamente pela formação de clusters, já que esse modelo de comunicação foi baseado em trocas de informações mais instantâneas e descentralizadas, experiência que, até então, as grandes manifestações de massa no país não haviam presenciado.

Referências

AB'SABER, T. **Lulismo, carisma pop e cultura anticrítica**. São Paulo: Hedra, 2011.

ARAI, Cezar. **Imagem do cluster manifestações de junho**. São Paulo, 2017.

GONZALEZ, Jorge A. (Org.) **Cibercultur@ e iniciación en la investigación**. Cidade do México: UNAM, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola. 1992.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD): Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal**. 2015. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acessoainternet2015/default.shtm>>
Acesso em: 30 jun. 2017.

INEP. **Acesso e permanência no ensino superior**. 2015. Disponível em: <www.portal.mec.gov.br/docman/marco-2015-apresentacao-10-jose-soares> Acesso em 30 jun. 2017.

KELH, Maria Rita. **Por uma cidade sem carros**. In: Seminário Internacional Cidades Rebeldes, 2015. São Paulo: Boitempo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EYVdx-6Ouc&t=4899s>. Acesso em: 20 jan. 2017.

LINDEN, Ricardo. Técnicas de agrupamento. **Sistemas de Informação**: Revista da Faculdade Salesiana Maria Auxiliadora. Visconde de Araújo, FSMA, n. 4, p.18-36, 2009.

MÜLLER-LINOW M., HILGETAG CC., HÜTT. MT. **Organization of excitable dynamics in hierarchical biological networks**. 2008. Disponível em: <www.journals.plos.org/ploscompbiol/article?id=10.1371/journal.pcbi.1000190> Acesso em 20 jan. 2017.

PAVAN, Bruno. “**Antes tínhamos os sem-casa, agora estamos criando os sem-cidade**”. Brasil de Fato, São Paulo, 29 jan. 2015. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/31184/>. Acesso em: 20 jan. 2017.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009a.

_____. **Diga-me com quem falas e dir-te-ei quem és**: a conversação mediada pelo computador e as redes sociais na internet. FAMECOS: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. Porto Alegre, PUCRS, n.38, p.118-128, abr. 2009b.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VEJA PESQUISA completa do Ibope sobre os manifestantes. G1, São Paulo, 24 jun. 2013. Disponível em: <www.g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>. Acesso em 30 jun. 2017.